

O **Traduções Abolicionistas** apresenta “*Entre totalização e excesso: racialização, espaço e mundo desde o arquivo até os corpos-territórios*”, um texto de Igor Thiago Silva de Sousa e Gabriel da Cruz Nascimento.

Para o nosso projeto, traduzir é mais do que apenas transpor textos de um idioma para outro. Traduzir é mediar. Neste sentido, o Traduções Abolicionistas é um espaço de mediação que traduz mais do que textos, mas os sentidos e dinâmicas da luta abolicionista.

Os artigos publicados pelo Traduções Abolicionistas não refletem necessariamente a posição do projeto sobre os temas expostos.

Data de publicação: 16 set. 2026.

Entre totalização e excesso

racialização, espaço e mundo desde o arquivo até os corpos-territórios

Igor de Sousa e Gabriel da Cruz

A produção moderna do espaço não pode ser compreendida apenas como resultado de dinâmicas econômicas, políticas e técnicas que operam sobre um mundo previamente dado. O próprio mundo moderno, enquanto horizonte no qual espaço, sujeitos e matéria se tornam inteligíveis, constitui-se historicamente por meio de operações que articulam conhecimento, classificação e violência. Nessas operações, a racialização ocupa lugar central, funcionando como tecnologia de organização espacial que distribui corpos, territórios e formas de vida segundo regimes hierárquicos de valor. A modernidade é, assim, compreendida como processo de produção do mundo no qual epistemologia, organização espacial e administração diferencial da vida se constituem conjuntamente.

Essa dinâmica pode ser observada nos dispositivos de conhecimento consolidados a partir do século XIX. A antropologia, geografia, craniometria,

criminologia e outros saberes classificatórios não se limitaram a registrar a diversidade, mas produziram uma gramática capaz de estabelecer equivalências entre corpo e índice, território e recurso, diferença e hierarquia. O arquivo, portanto, deve ser entendido não apenas como repositório documental da diferença, mas como arranjo técnico e epistemológico que define condições de legibilidade e participa da produção de um mundo administrável e governável.

Ao relacionar características corporais a capacidades intelectuais, morais ou sociais, os dispositivos científicos modernos estabilizaram diferenças em regimes que vinculavam corpo, valor e destino. Essa operação ultrapassa o plano das representações, pois estabelece quais vidas são plenamente humanas e quais corpos podem ser convertidos em unidades produtivas e quais territórios podem ser apropriados, explorados ou abandonados. O racial participa, assim, da constituição simultânea de sujeitos e espaços, produzindo formas diferenciais de exposição à violência. Em diálogo com Aimé Césaire (2020), há um lastro de desumanização que percorre a modernidade e que está diretamente associado à condição negra.

Essa articulação permite compreender a modernidade como uma tentativa de totalização: uma gramática que procura reduzir a multiplicidade das existências a um regime único de equivalências, tornando o mundo legível, comparável e governável. Contudo, afirmar a centralidade da racialização e do colonialismo não significa atribuir a esses processos capacidade absoluta de fechamento. A modernidade constitui uma totalização sempre incompleta, mas operativamente eficaz: não consegue eliminar integralmente a multiplicidade das formas de vida, mas é suficientemente poderosa para restringir, hierarquizar e, em determinadas circunstâncias, inviabilizar certas condições de existência.

É nesse intervalo que se situa a ideia de excesso. O excesso não designa uma exterioridade pura em relação à modernidade, mas aquilo que não pertence, e/ou resiste, escapa e se desloca diante de seus dispositivos de ordenamento (AJARI, 2019; HARNEY e MOTEN, 2023; MARRIOT, 2016). A necessidade permanente de reiterar classificações e formas de controle revela que os mundos sobre os quais essas tecnologias operam nunca são plenamente capturáveis. Determinados corpos e territórios experimentam formas intangíveis de enclausuramento, violência e restrição. A totalização é

Entre totalização e excesso

incompleta no plano ontológico, mas seus efeitos materiais são severos e desiguais.

A organização material do espaço torna essa dinâmica particularmente visível. Aqui a *plantation* é compreendida não apenas como forma econômica agrária ou etapa anterior, mas como instituição fundamental da espacialidade moderna. Nela articulam-se racialização, produção econômica, disciplina do tempo, controle do trabalho, circulação dos corpos e administração da violência. O corpo enegrecido é produzido como unidade submetida a um regime contínuo de extração, enquanto o espaço é organizado para garantir essa operação. A violência, nesse arranjo, não constitui desvio, mas condição de indispensável de funcionamento.

Pensar a *plantation* dessa maneira implica também questionar sua localização em um passado colonial superado. Ela constitui um dos laboratórios da modernidade, no qual foram experimentadas e estabilizadas técnicas de gestão da vida que são operativas em outras configurações espaciais. O diálogo com Katherine McKittrick (2013), por meio da ideia de *plantation futures*, reforça que escravidão, racialização e espacialidade urbana não podem ser analiticamente separadas. Mais do que resíduos históricos, as lógicas coloniais são infraestrutura ativa da espacialidade contemporânea.

Esse deslocamento também permite reconsiderar a urbanização. Se o urbano designa a generalização de determinadas relações sociais modernas pelo espaço, esse processo não pode ser compreendido exclusivamente a partir da experiência europeia. A expansão capitalista esteve historicamente implicada em formas coloniais de produção e ordenamento territorial. A oposição entre urbano e rural, cidade e campo, opera como dispositivo de hierarquização, posicionando alguns espaços como modernos e produtivos e outros como atrasados, exteriores ou disponíveis à exploração. A racialização participa diretamente dessa produção diferencial do espaço moderno, ao afirmar os modos de vida brancos, ocidentais e urbanos como humanos por excelência.

A raça, nesse quadro, nomeia o regime por meio do qual se estabiliza uma distribuição desigual da vulnerabilidade, da circulação, da proteção e da morte. A condição que organiza o mundo, mas não esgota aquilo que os sujeitos são ou podem ser. Essa distinção permite reconhecer a brutalidade material dos regimes raciais sem reduzir as existências à posição que lhes é atribuída pelo sistema de dominação. A totalização colonial produz efeitos

quase totais sobre determinadas vidas sem conseguir defini-las integralmente, ou seja, não deve ser entendida como substância ontológica dos sujeitos enegrecidos.

É nessa tensão que a análise se desloca para as experiências das quebradeiras de coco babaçu negras do Maranhão e para a noção de corpos-territórios (SOUSA, 2022). Essas experiências mostram que o território não equivale simplesmente a terra, propriedade ou recurso. Ele é constituído por pessoas, percursos, babaçuais, águas, memórias, ancestralidades, práticas de cuidado e conhecimentos produzidos na convivência. Reivindicar território significa afirmar redes de relações e modos de existência que não podem ser substituídos por espaços abstratamente equivalentes.

Essa concepção tensiona diretamente a lógica colonial de produção do espaço. Para que um território seja apropriado e convertido em recurso, é necessário abstrair as relações que o constituem: corpos tornam-se força de trabalho, palmeiras tornam-se recursos, terra torna-se propriedade. As experiências das quebradeiras evidenciam aquilo que essa tradução não consegue absorver plenamente. A relação com as palmeiras envolve cuidado, conhecimento, e composição entre humanos e não-humanos que não podem ser reduzidos à condição de mercadoria.

A memória constitui outro elemento decisivo dessa produção territorial. Nas narrativas sobre escravização, violência e permanência, o passado aparece como conhecimento capaz de identificar continuidades do regime colonial e orientar lutas no presente. O reconhecimento da violência não conduz necessariamente ao fechamento da existência dentro dela; pode fornecer condições para produzir formas de luta e sobrevivência que excedem a determinação racial. É nesse sentido que a memória evidencia o excesso como capacidade de produzir mundo sob condições de violência estruturada.

As alianças entre quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, pescadores e outros povos e comunidades tradicionais aprofundam essa questão. Essas articulações não pressupõem a eliminação das diferenças em favor da homogeneidade, mas constituem composições provisórias e heterogêneas. A totalização colonial permanece eficaz porque estrutura diferencialmente condições de vida e morte, mas não consegue eliminar as relações que constituem os territórios, as memórias que orientam as lutas ou as alianças construídas na diferença. A raça, nesse caso, não apenas define

Entre totalização e excesso

aquilo que essas mulheres são, mas o regime contra o qual lutam e a partir do qual produzem existências que tentam exceder.

O problema da totalização deve, então, ser retomado de maneira mais precisa. A racialização funciona como forma de totalização porque busca estabilizar diferenças em um regime coerente. Contudo, essa coerência precisa ser continuamente reiterada porque nunca se realiza plenamente. A expressão totalização incompleta, mas operativamente eficaz procura manter juntas a impossibilidade de fechamento ontológico e a efetividade prática da dominação. Para corpos-territórios enegrecidos, os efeitos da racialização assumem formas quase totais de restrição, sem que isso implique a eliminação da multiplicidade das existências.

Esta proposta tenta articular assim, três níveis inseparáveis. No plano epistemológico, o arquivo e as tecnologias de conhecimento produzem um mundo governável. No plano histórico-espacial, essas operações materializam-se em formas como a plantation e a urbanização. No plano empírico, tornam-se visíveis nas experiências territoriais e nos corpos sobre os quais incidem. Esses níveis constituem momentos de um mesmo processo de produção do mundo. A noção de corpos-territórios funciona como ponto de convergência porque permite compreender simultaneamente a inscrição concreta dos dispositivos modernos e as formas pelas quais suas condições são tensionadas e reconfiguradas.

A tensão entre totalização e excesso, portanto, não exige escolher entre a força do colonialismo e a multiplicidade dos modos de existência. Ambas são simultâneas e co-constitutivas. O colonialismo reorganiza violentamente as condições nas quais a multiplicidade existe, enquanto a persistência dessa multiplicidade não invalida a eficácia das estruturas que buscam restringi-la. O excesso não significa ausência de dominação, assim como a dominação não significa captura ontológica completa.

A questão aqui colocada consiste, assim, em compreender a espacialidade moderna como campo relacional e conflitivo de produção ontológica. O espaço não é neutro nem inteiramente capturável: nele se articulam saberes, práticas, corpos, materialidades e formas de vida sob condições profundamente desiguais. A produção do espaço é inseparável da produção do mundo. A noção de totalização incompleta, mas operativamente eficaz sintetiza essa perspectiva ao reconhecer simultaneamente a força estruturante do colonialismo, a centralidade da racialização na constituição da

modernidade e os limites permanentes de seus dispositivos de captura. Entre ordenamento e excesso, a espacialidade moderna aparece como configuração instável, produzida pela fricção entre distintos regimes de existência, formas de conhecimento e modos de habitar.

REFERÊNCIAS

AJARI, Norman. **La Dignité ou la mort:** éthique et politique de la race. Paris: Éditions La Découverte, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

HARNEY, Stephano e MOTEN, Fred. **Tudo Incompleto**, 1. ed, São Paulo: GLAC editora, 2023.

MARRIOTT, David. Judging Fanon. In: **Rhizomes: Cultural Studies in Emerging Knowledge**, Issue 29, 2016.

MCKITTRICK, Katherine. Plantation Futures. In: **Small Axe**, N. 42, November 2013.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. **As rosas negras:** quebradeiras de coco babaçu, raça e território no Maranhão contemporâneo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

Igor de Sousa é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (2013). Tem experiência em antropologia e sociologia, com ênfase em: ruralidades, povos e comunidades tradicionais, estudos críticos do desenvolvimento e antinegritude. Possui interesse especial nos chamados “*black studies*”. Atualmente realiza pós-doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e é bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Foi Junior Fellow Researcher em 2025 no Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (MECILA), com bolsa do German Federal Ministry of Education and Research (BMBF).

Gabriel da Cruz Nascimento é urbanista, arquiteto e pesquisador dos coletivos CEFAVELA (UFABC), Cosmópolis (UFMG) e manguezal.lab. Tem experiência em planejamento urbano, consultoria urbano-ambiental, cartografia e pesquisas quali-quantitativas. Seus interesses de pesquisa e formação são: produção, desigualdade e exclusão socioespacial; urbanização periférica; colonialismo; relações étnico-raciais e suas territorializações; *black studies*; epistemologia dos estudos urbanos; e a crítica pós-estruturalista.